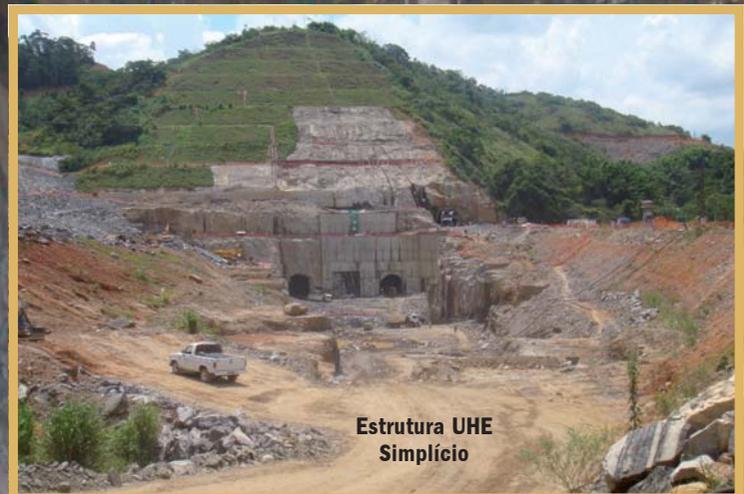


HIDRELÉTRICA DE SIMPLÍCIO

SENGE-RJ vai ao canteiro de obras



Estrutura UHE
Simplício



Páginas 4 e 5

Engenheiros e estudantes de engenharia na entrada do Túnel 3, que servirá para interligar os Reservatórios de Calçado e Antonina. Parte da construção das Usinas Hidrelétricas de Simplício e Anta, na divisa do RJ e de MG

Julia Affonso

No mês da mulher, Maria Luiza Soares Fontes fala ao JE sobre sua trajetória como a primeira engenheira eletricista do Brasil

Página 8

Maria Luiza e a placa que recebeu, em 2003, na comemoração dos 90 anos do Instituto de Engenharia de Itajubá



“Bandidagem Completa”

Graças a grande mobilização dos empregados e aposentados de Furnas, sob a direção do movimento sindical, conseguimos neutralizar uma nova ofensiva da diretoria da empresa no sentido de assumir o controle do Fundo de Pensão Real Grandeza, cujas conseqüências seriam imprevisíveis. Não é ocioso lembrar que o mesmo tipo de “ataque especulativo” já havia sido feito logo que Luiz Paulo Conde assumiu a direção de Furnas, como uma indicação direta do PMDB do Rio capitaneado pela figura nefasta do deputado federal Eduardo Cunha. Nos meios políticos, isto é explicado pelos bons serviços prestados ao governo pelo referido deputado.

A direção de Furnas alega que sempre que muda a diretoria da empresa é possível trocar a direção do Fundo de Pensão. A pergunta que fica no ar é a seguinte: com que finalidade, se o mandato da atual diretoria do Fundo vai até outubro e nenhuma irregularidade ou fato desabonador é imputado à direção do Real Grandeza?

Foi com base na suspeição de que havia algo mais por trás do enorme interesse manifestado pela diretoria passada e a atual que o movimento sindical tomou pra si a tarefa de desmontar mais uma manobra mal disfarçada de se apropriar do dinheiro público. Sob enorme pressão da mobilização sindical, a atual direção de Furnas alegou que esta mudança atendia a um pedido do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Também sob fogo cerrado e com ampla cobertura da imprensa, Lobão disse que a mudança na direção do fundo era devido a uma “bandidagem completa”, supostamente praticada pela direção do Fundo Real Grandeza. Somente este fato em si e vindo de um ministro de estado já seria motivo suficiente para uma investigação em profundidade desta situação.

As peças todas começam a se encaixar como um quebra-cabeças se observarmos a vida pregressa de Eduardo Cunha e, além disso, lembrarmos da guerra interna que vem acontecendo no PMDB, com acusações mútuas de corrupção de várias lideranças nacionais.

Talvez, com isso, fique definitivamente entendido o próprio discurso de Lobão, que, no calor da luta, foi vítima de um ato-falho e que, quando falava da tal “bandidagem completa”, se referia a seu próprio partido.

O refúgio legal e cristão de Cesare Battisti

■ André de Paula e Antonio Louro (*)

O Brasil, soberanamente, concedeu status de refugiado político ao ativista de esquerda italiano Cesare Battisti, ex-membro do Grupo Proletários Armados pelo Comunismo (PAC). Agiu o governo brasileiro através do Ministro da Justiça Tarso Genro de maneira consoante com nossa legislação que prevê abrigo para os perseguidos políticos.

De acordo com a lei brasileira, refugiados políticos não podem ser extraditados para os países de origem. Assim, o STF deverá arquivar o pedido de extradição da Itália e ordenar a libertação do italiano, acatando a correta posição do procurador geral da República Antonio Fernandes de Sousa.

Battisti está preso no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, em lamentáveis condições de saúde, com hepatite B e úlcera gástrica, piorando a cada dia, sendo necessária agilidade na sua libertação.

A acusação contra Battisti é da década de 70, sendo que o denunciante entrou num processo de delação premiada, mudou de nome e hoje não pode ser identificado para provar o que disse.

Battisti veio para o Brasil, trabalhou e hoje é um escritor. Recentemente, a França concedeu asilo a outro militante do grupo citado, do qual Battisti fez parte. Cabe lembrar que a própria Itália negou o pedido de extradição do banqueiro Salvatore Cacciola para o Brasil, recusando-se a entregá-lo às autoridades brasileiras. Anteriormente, nosso judiciário negou extradição a vários revolucionários italianos como Pasquale Valittuti, Luciano Pessina, Achille Lollo, entre outros.

O Brasil também abrigou o sanguinário ditador paraguaio Alfredo Strossener. O governo italiano, que encara o Brasil com olhar colonial para esconder suas mazelas, na verdade, quer obter dividendo político ao reagir contra a posição brasileira, usando Battisti como bode expiatório.

Battisti não teve o direito de ampla defesa na Itália e fatalmente continuaria a sofrer perseguição na terra do fascistóide Berlusconi. O grupo de Battisti perdeu a guerra pelo poder na Itália e, por isso, é justo que reconstrua a sua vida no Brasil.

Sob o ponto de vista cristão, a decisão é correta, pois no evangelho de Lucas há uma passagem em que o Cristo, abrindo o livro de Isaías, achou a passagem em que está escrito “O espírito do Senhor está sobre mim porque Ele me consagrou com a unção para anunciar a boa nova aos pobres,

enviou-me para proclamar a libertação aos cativos e, aos cegos, a recuperação da vista, para libertar os oprimidos e para proclamar um ano da graça do Senhor”.

Após ser favorável à abertura dos arquivos da Ditadura, novamente acertou o Ministro Genro no caso Battisti, só faltando que o governo brasileiro retire as tropas do Haiti e chame de volta o embaixador brasileiro em Israel devido aos crimes praticados por este país contra os palestinos para ser totalmente coerente com a alta determinação dos povos e a nossa soberania.

(*) André de Paula é advogado da Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), anistiado político e membro do Comitê Contra a Prisão, a Tortura e a Perseguição Política no Brasil (fist17@yahoo.com.br / (21) 9606-7119). E Antonio Louro é engenheiro também anistiado político e igualmente membro das entidades citadas.

Battisti está preso em lamentáveis condições de saúde, sendo necessária agilidade na sua libertação



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio José Martins, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Nascimento, Fernando Turino, Flavio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes, Gilberto da Silva Nunes, Gunter Angelkorte, Günther Benedict Craesmeier, Jorge Antonio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio Cezar Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antonio Barbosa, Maria Virginia Brandão, Olimpio Alves dos Santos, Paulino Cabral da Silva, Paulo César Granja, Sergio Gomes dos Santos, Sonia da Costa Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, Günther Benedict Craesmeier, José Stelberto Porto Soares e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Aloisio Souza da Silva; Paulo Cesar Quintanilha; Sergio Barbosa de Almeida; **Suplentes:** Antonio Carlos Soares Pereira; Catarina Luiza de Araujo; Rubem Corvelo de Azeredo.

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar (MTE 28.318/RJ)
Estagiária: Júlia Afonso
Editores e Produção Gráfica: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

A prestação de contas

Plenária do CREA-RJ reprovava as contas referentes à gestão do ex-presidente Reynaldo Barros

A Comissão de Orçamento e Tomada de Contas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro, depois de várias reuniões, apresentou na plenária de março, realizada no último dia 2, o relatório sobre a prestação de contas do exercício de 2008 do ex-presidente do CREA-RJ, Reynaldo Barros. Por 85% dos votos, os conselheiros aprovaram o relatório da Comissão, que aponta irregularidades e inconformidades na gestão. Dentre as principais irregularidades, citamos algumas.

Plano Bresser

■ Quanto ao Plano Bresser, no relatório consta que a demora na concessão do reajuste salarial (que deveria acontecer em 2006, segundo sentença judicial, e desde então discute-se o cálculo das diferenças salariais devidas) deixou de estancar o crescimento da dívida do Conselho. Por isso, “entende-se que houve grave inconformidade administrativa”, segundo descrito no relatório, que também aponta “provisões de recursos absolutamente insignificantes para pagamento de indenizações trabalhistas”. Conforme publicado no jornal O Globo, do dia 5 de fevereiro, página 2, Coluna Panorama Político, a nova diretoria do CREA-RJ descobriu que a instituição deve R\$ 40 milhões a seus funcionários, por decisão do TST, relativos ao Plano Bresser.

Débitos com a Mútua

■ O CREA-RJ também tem dívida com a Mútua. E, devido ao não pagamento delas, o Conselho firmou acordo, em 2001, para amortização desta dívida, de

R\$ 4.116.681,38, em 120 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2001, com reajuste anual. Mas o CREA-RJ não vem pagando o valor integral das parcelas, fazendo desta dívida uma bola de neve. Em janeiro deste ano o valor da parcela estava em R\$ 122.074,21. O valor pago pelo CREA-RJ foi de R\$ 34.305,68. Ficando com um saldo devedor total com a Mútua de R\$ 2.929.781,05.

Segundo descrito no relatório: “O fato do CREA-RJ não ter cumprido o pagamento das parcelas com seus respectivos reajustes implicou em ampliação do débito, configurando inconformidade com a administração dos encargos do Conselho”.

Pagamento de verba rescisória

■ Algumas indenizações referentes a cargos de confiança foram pagas sem atendimento a preceitos legais, conforme decisão do Tribunal Superior do Trabalho. E, conforme relatório, “a Comissão de Orçamento e Tomada de Contas considera que está detectada a inconformidade administrativa”.

Contratação de empresa

■ Ainda conforme o relatório, foi elaborado Termo Aditivo para prorrogação de contrato da empresa MG Soluções Empresariais, por mais 12 meses, no valor de R\$ 2.260.137,38, em 15 de janeiro de 2007, alegando que “a prestadora de serviços mantém percentual da taxa de administração mais baixa do que as outras propostas”. No entanto, o exame das propostas apresentadas mostra que “duas outras empresas apresentaram cotação com

valores inferiores à contratada, o que motivaria nova licitação”.

Além disso, em 3 de janeiro de 2008 foi assinado novo Termo Aditivo, “prorrogando o contrato, no valor de R\$ 2.715.929,16, por mais 12 meses, sem ser precedido de justificativas para tal”.

Contratação de serviços para revisão do PCS

■ O valor do contrato para contratação de serviços para revisão do Plano de Cargos e Salários é de R\$ 20.600,00. Segundo o relatório, “o cronograma de trabalho da firma vencedora previu a conclusão dos serviços em 16 semanas, para o contrato assinado em 20 de outubro de 2006”. Mas, “a partir do dia 19 de março de 2007 são encaminhados sucessivos pedidos de prorrogação de prazo para a conclusão dos serviços contratados”. E em agosto de 2008 é feito o pagamento da última parcela. Porém, “de acordo com o cronograma de trabalho da contratada, a última etapa previa a implantação do Plano de Cargos e Salários, com o acompanhamento da implantação”. Mas, segundo o relatório da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, “não há, no processo, qualquer produto dos serviços prestados”.

Relatório Contábil

■ No que se refere aos dados sobre a variação patrimonial, segundo o relatório, há discrepância no valor total dos bens arrolados. Por isso, foi expresso o impedimento em analisar esse item, “devido à possível divergência entre os valores reais e os registrados no balanço de 2008”.

QUEIXAS DO ENGENHEIRO

Light não paga SMP

• O salário básico de R\$3.423,00 para engenheiro iniciante na Light está abaixo do piso. Mesmo com o contrato de 7h e 30min, o salário deveria ser de R\$ 3.515,00, estando R\$92,00 abaixo do piso. Peço averiguar com a empresa o que está ocorrendo.

Engenheiro anônimo

Eletronuclear: concurso sem SMP

• O concurso da Eletronuclear (Eletrobrás Termonuclear S.A.), cujo regime de contratação é CLT, oferece um salário nominal de R\$ 3.369,61 para 8 horas de jornada diária em algumas engenharias. (Este valor está abaixo da lei do Salário Mínimo Profissional de engenheiros. Segundo o SMP deve ser pago R\$ 4.185,00 para 8 horas de jornada diária). Caso queiram conferir, é só procurar o edital no site da FESP que foi a organizadora (www.fesp.rj.gov.br).

Ana Paula Moreno

A coluna “Queixas do Engenheiro” é um espaço aberto para denúncias e insatisfações da categoria. Para participar, envie a sua, até 500 caracteres, para: imprensa@sengerj.org.br

SENGE-RJ tem nova Diretoria Executiva

Na reunião Colegiada de 17/02/2009, a Diretoria Executiva passou a ter a seguinte composição: Presidente, Olímpio Alves dos Santos; vice-presidente, Agamenon Rodrigues Eufrásio de Oliveira; diretor administrativo e financeiro, Clóvis Francisco do Nascimento Filho e, como suplen-

te, Carlos Alberto da Cruz; secretário-geral, Jorge Saraiva da Rocha e, como suplente, Maria Virgínia Martins Brandão; diretor do departamento jurídico, Paulo César Nayfeld Granja e, como suplente, Marco Antônio Barbosa; diretor de interiorização, José Amaro Barcelos Lima; diretor de

negociações coletivas, Gunter de Moura Angelkort e, como suplente, Sérgio Gomes dos Santos; diretor de comunicação, José Stelberto Porto Soares e, como suplente, Clayton Guimarães Vabo; diretor de serviços institucionais, Flávio Ribeiro Ramos e, como suplente, Luiz Antônio Cosenza.

**SALÁRIO MÍNIMO
PROFISSIONAL**

Lei 4950-A/66

Engenheiro, exija seu direito!

Hidrelétrica promete avan

Obras do Complexo de Simplício seguem em ritmo acelerado e especialistas garantem benefícios para todo o país

Júlia Gaspar

O SENGE-RJ visitou a construção do projeto Aproveitamento Hidrelétrico Simplício Queda Única, junto com estudantes de engenharia, engenheiros e interessados no assunto. Este é um projeto de duas Usinas Hidrelétricas de Energia, sendo UHE Anta composta de uma barragem de concreto, uma casa de força com duas unidades e um vertedouro; e UHE Simplício composta de uma casa de força com três unidades interligadas por uma série de canais, túneis, diques e reservatórios distribuídos em uma extensão de 30 Km. As construções civis e reservatórios vão abranger quatro municípios: Três Rios e Sapucaia (RJ), Chiador e Além Paraíba (MG).

As obras começaram em janeiro de 2007 e serão concluídas em junho de 2010. Localizada no Rio Paraíba do Sul, a usina terá capacidade máxima de geração de 333,7 MW de energia, possibilitando melhor atendimento à demanda crescente por eletricidade e maiores condições para o crescimento econômico do país. O custo total do empreendimento será de 1,6 bilhão de reais, com recursos de Furnas e financiamento do BNDES.

O engenheiro electricista José Glauber Nogueira da Cunha explica que entre a barragem de Anta e a usina de Simplício, conforme exigência da Agência Nacional de Água (ANA), existe um trecho de vazão reduzida para os períodos de seca de 71 metros cúbicos por segundo, no mínimo. E, no período de chuva, que vai de novembro a abril, de 90 metros cúbicos por segundo. Este trecho de vazão reduzida, que vai de Anta até Simplício, vai ter,

por exigência do Ibama, 38 condicionantes de programas ambientais.

– Uma das exigências é que sejam construídas, neste trecho de vazão reduzida, estações de tratamento de esgoto. E, neste trecho, também vai existir o derrocamento. Como o leito do rio é todo em rocha, então existem bacias naturais de água acumulada. O derrocamento é para acabar com este acúmulo de água parada. Outra questão ambiental é que, em Anta, há um lixão. Com a construção da hidrelétrica ocorrerá o alagamento deste lixão, que terá que ser realocado para um aterro sanitário que será construído. Algumas estradas também precisarão ser realocadas, diz o especialista.

Obra do PAC

O Aproveitamento Hidrelétrico Simplício Queda Única é uma obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Furnas, promotora e responsável pelo empreendimento, contratou as empresas Odebrecht e Andrade Gutierrez para a obra civil e a empresa Impsa para fazer a montagem eletromecânica. Desenvolvimento de projetos estão sendo executados pela Engevics.

José Glauber explica que esta é uma obra para disponibilizar mais energia para o sistema. “Como ela vai ser interligada a um sistema nacional, vai fazer com que tenhamos mais condições de desenvolver o país, incentivar a criação de empresas e o consumo de energia”, considera Glauber. O especialista diz também que o empreendimento estará próximo a grandes centros consumidores, como Vale do Paraíba, Volta Redonda e Barra Mansa. E vai ser



interligado em Rocha Leão, com subestação da Ampla e depois interligado no Sistema Furnas, abastecendo a Região dos Lagos e Norte Fluminense.

Tecnologia

A hidrelétrica terá dois tipos de turbinas verticais, em função da configuração do projeto. A turbina Kaplan e a turbina Francis. A turbina Kaplan, aplicada em Anta, é de baixa queda e média vazão, com 180 metros cúbicos por segundo de água nas turbinas. A turbina Francis, em Simplício, é de

média vazão e alta queda, com 340 metros cúbicos por segundo de água nas turbinas. José Glauber explica:

– Na casa de força há duas máquinas geradoras e há a necessidade de uma turbina. A água vai passar por dentro dessa turbina, vai girar as palhetas, e essas palhetas vão girar um rotor dentro de um gerador. Então, através de um campo magnético, haverá condições de gerar energia elétrica. É análogo a uma bomba d'água em casa. Você liga a bomba d'água para puxar água e ela joga em um determinado ponto. Turbina é ao contrário. A água

Projetos regionais e nacionais

Fotos: Júlia Gaspar



Estrutura UHE Anta (Casa de Força, onde ficará o gerador e a turbina; e Vertedouro, que servirá para escoar o excedente de água do reservatório)



Casa de Força e Canal de Fuga, que restitui a água do circuito hidráulico que gerou energia para o Rio Paraíba do Sul



Estudantes de engenharia e engenheiros na visita à obra

FIQUE LIGADO!
O SENGE-RJ fará outras viagens às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)



Construção do Canal de Adução, que vai interligar o Reservatório Peixe à Tomada D'água, que direcionará a água dos Túneis de Adução até as turbinas

vai passar por dentro dessa turbina e vai girar um rotor que vai gerar energia.

Impacto na região

O engenheiro civil e chefe do departamento, Francisco Cordeiro Donha Filho, considera que a obra do Aproveitamento Hidrelétrico de Simplicio tem uma importância nacional, pela energia que ela transforma e joga no sistema interligado do país.

—A obra causa um impacto positivo com relação à injeção de capital e de benefícios que Furnas proporcionará,

num impulso regional com a injeção de recursos nos municípios, a melhora de todos os serviços de infra-estrutura. Hoje, nós temos mais de 3 mil pessoas trabalhando aqui, isso é diretamente proporcional à movimentação do mercado, que consegue se estruturar melhor. Sem contar os benefícios indiretos, como impostos, e os benefícios que estão por vir depois do início do funcionamento da usina, como os royalties.

Programas ambientais

A realização dos 38 programas e

subprogramas ambientais do empreendimento acontecerá de acordo com o decorrer das obras. Alguns deles são: reflorestamento de 1.200 hectares, equivalente a 1.200 campos de futebol e quatro vezes a área de vegetação suprimida; construção de estações e rede de esgoto no trecho de vazão reduzida; construção de aterro sanitário e descontaminação do lixão de Anta; monitoramento ambiental antes, durante e depois da conclusão do empreendimento; 2.900 hectares a serem desapropriados para áreas inundadas e de Preservação Permanente; remane-

jamento de 140 famílias no RJ e 60 em MG; negociação amigável em 100% das desapropriações para a liberação das áreas para a construção do empreendimento; 4 mil empregos diretos e 10 mil indiretos; capacitação profissional de 1.040 trabalhadores; desenvolvimento regional por meio do aquecimento dos setores de comércio e serviços, pagamento do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) – até dez/2008, R\$ 9,5 milhões – e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH). ■



É Pecado

Dois engenheiros da prefeitura do Rio estão vistoriando uma área junto a um colégio de freiras, onde existem problemas de esgotamento sanitário e drenagem.

Verificam que o caso é de esgoto ligado a drenagem e concluem que se o trabalho for bem feito e houver manutenção adequada, o sistema a ser implantado funcionará.

– Então, vamos explicar a freirinha o que vai ser feito, diz um deles.

– Eu não, diz o outro.

– Não, por quê?

– Porque é pecado, responde ele.

– PECADO?

– Claro, você acredita que vai ter manutenção para funcionar direito?

– Difícil.

– Então é pecado, eu não falo.

• Stel Soares é engenheiro sanitarista e diretor de comunicação do SENGE-RJ



• A coluna “Engenharia Cultural” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br



INFORME DO JURÍDICO

Engenheiros podem reaver abono pecuniário de férias, complementação de aposentadoria e resgate de contribuições descontados no imposto de renda

Abono pecuniário de férias

• Depois do Poder Judiciário pacificar a questão da venda de 10 dias de férias, entendendo tratar-se tal rubrica de uma verba indenizatória, portanto, isenta de tributação de imposto de renda, a Receita Federal decidiu não mais tributar esta verba.

Segundo a própria Receita, muito em breve, os interessados poderão requerer administrativamente a devolução dos valores indevidamente tributados nos últimos cinco anos, bastando, para tanto, acessar o seu site e fazer o requerimento de devolução.

Os interessados que desejarem ingressar com a ação judicial em face da Receita, através do SENGE-RJ, basta entrarem em contato com o departamento jurídico, pelo telefone **3505-0707**, para marcarem consulta com um advogado do Sindicato.

A documentação inicial seria cópia da identidade e CPF, bem como dos contra-cheques comprovando os descontos.

Complementação de aposentaria e resgate de contribuições

• O Superior Tribunal de Justiça decidiu pela impossibilidade de se tributar imposto de renda sobre os valores

de complementação de aposentadoria, bem como sobre os resgates das contribuições.

Portanto, quem sofreu tributação do imposto de renda sobre a matéria poderá reaver judicialmente os valores descontados.

O departamento jurídico do SENGE-RJ já disponibilizou o devido atendimento para tratar do assunto. Basta os interessados fazerem contato através do telefone **3505-0707** e marcarem consulta com um advogado do Sindicato.

Os documentos iniciais seriam: cópia da identidade, do CPF e dos comprovantes que informam os descontos de imposto de renda sofridos.

Furnas mantém diretoria do Fundo de Pensão

O movimento sindical impediu que o atual diretor financeiro e o presidente do Fundo de Pensão de Furnas, com mandatos até outubro, fossem substituídos. A atual diretoria considera que o Ministério de Minas e Energia (MME) está tentando antecipar esta substituição para ter o controle sobre o Fundo de Pensão dos empregados de Furnas. No entanto, a empresa acusa a atual diretoria do Fundo de sonegar informações sobre o desempenho das aplicações financeiras da Fundação. O que é negado pela diretoria do Fundo de Pensão.

O vice-presidente do SENGE-RJ, Agamenon Oliveira, afirma: “para nós, do movimento sindical, esta substituição tem como finalidade manipular os 6,3 bilhões de reais do fundo de 12.500 participantes”.

Inserção feminina no mercado de trabalho

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e no Distrito Federal no mês de janeiro aponta que a taxa de desemprego total aumentou de 12,7%, em dezembro, para os atuais 13,1%. É importante ressaltar que, mesmo assim, esta é a menor taxa para o mês de janeiro desde 1998. Embora de dezembro de 2008 para janeiro de 2009, o nível de ocupação tenha diminuído 1,3%, ocorreu um aumento de 2,6% se comparado a janeiro de 2008.

Para marcar o Dia Internacional da Mulher, o DIEESE em conjunto com a Fundação SEADE produziu um suplemento especial sobre as mulheres a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). No início do mês, junto com as informações da PED em cada uma das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é feita, foram divulgados os suplementos "Especial Mulheres" com estudos que buscam avaliar a inserção feminina no mercado de trabalho em 2008, destacando a participação de chefes e cônjuges, com ou sem filhos.

Na região metropolitana de São Paulo¹, por exemplo, o estudo constata o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, concentradas no setor de serviços, frequentemente com menor proteção legal e rendimentos inferiores aos dos homens. O estudo analisa o biênio 2007-2008 e mostra como aumentou a diferença salarial entre homens e mulheres no período.

Os dados da PED confirmam as

tendências identificadas em vários estudos de declínio do número médio de pessoas na família. Tal fenômeno reflete a queda da fecundidade e do aumento da proporção de famílias monoparentais e do número de pessoas que moram sozinhas. A relação entre desemprego feminino e tipo de família mostra aspectos interessantes: as situações em que a taxa de desemprego total é mais elevada são aquelas em que as mulheres pertencem a famílias nucleares. Nesse caso, a presença dos filhos implicou taxa de desemprego mais elevada (15,6%), ainda maior quando esse filho tinha menos de um ano de idade (23,1%), reduzindo-se para 20,3% no caso daquelas com filhos caçulas com mais de 1 ano a 5 anos e para 12,3%, quando estes tinham mais de cinco anos.

As maiores dificuldades de obtenção de um trabalho remunerado, enfrentadas pelas mulheres com filhos, indica que a maternidade é vista, muitas vezes, como um obstáculo à absorção pelo mercado de trabalho. Nota-se, no entanto, que a presença de filhos pequenos não parece impedir a mulher de procurar trabalho, mas dificulta seu acesso a uma ocupação, seja por restringir sua escolha de trabalho por um local mais próximo à sua residência e/ou por um tipo de jornada de trabalho menor ou mais flexível ou ainda, pelo lado do empregador, por preferir contratar mulheres que não possuam filhos menores. Já no caso das cônjuges sem filhos, a taxa observada foi menor (13,1%), fato que reitera a constatação de que a presença de filhos parece influenciar negativamente a contratação. Nessa perspectiva, filhos, com ou sem a presença dos cônjuges, parecem dificultar o ingresso das mulheres no mundo

do trabalho, em especial nas situações em que não há compartilhamento dos afazeres domésticos e do cuidado das crianças. Esta situação reafirma a necessidade de atenção por parte dos gestores de políticas públicas, no sentido de ampliar a oferta de vagas em creches e ensino infantil, especialmente no caso de famílias chefiadas por mulheres.

A pesquisa também revela a desigualdade salarial entre as mulheres, mostrando que mulheres chefes sem cônjuge com filhos têm menor rendimento que aquelas que moram sozinhas. O nível do rendimento expressa a qualidade do posto de trabalho ao qual a mulher se vincula. Mulheres chefes sem cônjuge com filhos tendem a se inserir em postos de trabalho de menor qualidade, possivelmente premidas por suas responsabilidades de provedoras únicas da família.

Sem dúvida, a entrada das mulheres de forma mais intensa no mercado de trabalho, entre outros motivos, em busca de crescimento e emancipação profissional, fruto do aumento da escolaridade e da possibilidade de novos projetos profissionais, abre a possibilidade de se discutir mais profundamente o papel da mulher e do homem na família e na sociedade e a necessidade de compartilhar de forma mais igualitária as tarefas no lar e da educação e criação dos filhos.

• Quem tiver interesse, a pesquisa completa está disponível na página do Dieese na internet, através do link: http://www.dieese.org.br/ped/sp/pedrmsp_Mulher2009.pd

1) A PED não é realizada na região metropolitana do Rio de Janeiro.



Júlia Gaspar
Agamenon Oliveira em debate no SENGE-RJ

SENGE-RJ mobiliza-se por uma Eletrobrás democrática

A Eletrobrás está conduzindo um processo de unificação dos planos de carreira e dos benefícios de todas as empresas sob sua coordenação. Por isso, o SENGE-RJ reuniu os associados, profissionais e interessados do setor para a apresentação da proposta da Eletrobrás sobre Planos de Cargos e Remunerações (PCR); Sistema de Gestão de Desempenho; e Única Tabela Salarial, no auditório do Sindicato, dia 18 de fevereiro. Os presentes discutiram essa unificação, fizeram um debate sobre a proposta da empresa, formularam outras propostas e enviaram um documento com críticas e sugestões, em nome do SENGE-RJ, à Eletrobrás.

O vice-presidente do SENGE-RJ, Agamenon Oliveira, explicou que as propostas do Sindicato que forem aceitas pela comissão que coordena a unificação do PCR serão apresentadas na próxima reunião com o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), em março. As propostas que não forem aceitas serão negociadas, a partir desta reunião. "Entre outras coisas, nós queremos reafirmar o papel público da Eletrobrás, os programas sociais, a recomposição salarial e a incorporação do Cepel", declarou Agamenon.

Entre as sugestões para modificação do PCR das empresas do Grupo Eletrobrás encaminhadas pelo Sindicato estão: tempo máximo de permanência em cada nível de carreira; adicional de titulação acadêmica; comitê multidisciplinar de ascensão (paritário); quadro de vagas; avaliação de desempenho (garantia de elegibilidade adquirida); critério para promoção vertical; exclusão da carreira "Profissional Pesquisador".

ART GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o **número 27**. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



Maria Luiza, na época recém-formada, descansa com seus colegas durante a elaboração do projeto da Usina Veu da Noiva



Maria Luiza, hoje, mostrando o projeto da Usina Hidrelétrica na cachoeira Veu da Noiva, em Maria da Fé, Minas Gerais, feito durante a faculdade

Mulheres que fazem a diferença

Maria Luiza Soares Fontes, a primeira engenheira eletricista do Brasil, conta sua história

Julia Affonso

Os anos 50 marcaram o início da produção de eletrodomésticos que ajudariam a vida de todas as donas-de-casa espalhadas pelo mundo. Aspiradores de pó e máquinas de lavar roupas revolucionariam a vida de todas elas. Na mesma época, porém, no caminho inverso estava a jovem Maria Luiza Soares Fontes. No ano de 1950, ela se formava em Engenharia Elétrica/Mecânica no Instituto de Engenharia de Itajubá, Minas Gerais. Era a primeira Engenheira Eletricista do país, uma pioneira na área, ampliando o horizonte de muitas outras jovens. No dia internacional das mulheres, comemorado em 8 de março, Maria Luiza é um exemplo de independência e quebra de tradições.

A maioria das mulheres deste tempo eram criadas para casar e serem boas mães. Pouquíssimas chegavam a cursar o ensino superior. Os preconceitos que existiam na época, no entanto, não se restringiam somente à faculdade. Maria Luiza encontrou obstáculos em sua trajetória profissional. “O machismo era muito forte. As mulheres geralmente trabalhavam em loja, em costura, e eu não queria isso pra mim. Em alguns empregos fui preterida por homens. Diziam a mim: Os homens precisam mais desse trabalho. Você entende, não?!”.

Nascida em 1924, a carioca, que foi morar em Itajubá quando o pai, funcionário do Ministério da Guerra, foi

transferido para a cidade, sonhava em fazer Medicina e voltar ao Rio de Janeiro. Diante da negativa do pai, combinou que prestaria vestibular e caso não passasse viria para a cidade. “Quería vir ao Rio morar com minha vó para estudar Medicina, apesar de gostar de ciências exatas. Meu pai não quis. Já que estava disposta a fazer vestibular, não queria fazer feio, e por isso estudei muito e acabei passando em 15º lugar. Foi uma surpresa, não esperava tanto. Em 1945, entrei na Escola e ganhei gratuidade por ser a primeira mulher do Instituto.”

A segunda aluna do IEI veio somente 14 anos depois, em 1959, e a terceira em 1974. Para Maria Luiza é muito importante que as mulheres tenham ensino superior. “As mulheres deveriam fazer um curso superior e mesmo que não trabalhassem teriam mais cultura e numa emergência seria mais fácil conseguir um trabalho”, conta a engenheira que já deu aulas de física e química enquanto não estava empregada.

Em Itajubá, as amigas achavam graça em sua atitude, pois não acreditavam que ela teria coragem de estudar cercada de homens. Os pais a apoiavam e os amigos de faculdade a ajudavam em tudo. As lembranças desta época são muitas.

– No 1º dia de aula, procurei chegar bem cedo, antes de todo mundo entrar em sala de aula para não mostrar meu constrangimento de ter de entrar com a sala repleta de alunos. Acabei me acostumando e se tornou uma coisa normal.



Arquivo pessoal

Maria Luiza e seus colegas ao redor, no 4º ano de faculdade. Foto reproduzida na Revista Cruzeiro, que fez uma matéria sobre o Instituto de Engenharia de Itajubá.

Com tempo me entrosei com os colegas e até ia às repúblicas dos estudantes, estudar em conjunto com eles, ou eles iam em minha casa, explica ela. O relacionamento com os colegas era tão natural que até hoje muitos deles se reúnem em encontros dos engenheiros da Escola.

Após se formar e receber o diploma das mãos do ex-presidente Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais à época, Maria Luiza veio morar no Rio. Chegou à cidade em Abril de 51 e empregou-se no setor de padronização do Plano Postal que pertencia aos Correios e Telé-

grafos. Fazia especificações para montagem de subestações, de qualidade de fios de cobre com alma de aço para linhas aéreas, de cabos subterrâneos, de qualquer material necessário a ser comprado para uso dos Correios. No início da década de 60, a engenheira ganhou uma bolsa de estudos do governo francês para fazer um curso de mecanização postal com duração de dez meses em Paris. Ela visitou, ainda, diversas outras cidades da França e da Alemanha para conhecer os centros de triagens dos serviços postais dos correios. Nesta época, este era um serviço que estava para ser implantado no Brasil, pois ainda era feito manualmente.

Enquanto isso, o mundo convivia com a corrida armamentista entre União Soviética e Estados Unidos no início da Guerra Fria, o cinema retratava a juventude transviada de James Dean, e os valores conservadores voltavam à tona. As mulheres casavam-se cedo, viravam esposas, mães e donas de casa. No entanto, jovens como Maria Luiza seguiam em sentido contrário e quebravam a tradição. Eram as precursoras do feminismo mesmo sem saber o tamanho de suas atitudes.

– Nas aulas que eram ministradas no campo, eu viajava sempre na caçamba do caminhão. Meus colegas não deixavam ir na cabine. Eu era aluna como eles, e como tal também achava que os direitos eram iguais. Ficar repetindo ou apontando competitividade como a capacitação, como o desempenho entre a mulher e o homem é simplesmente manter uma postura de querer determinar quem é inferior. O importante para o século XXI não é valorizar quem é mais ou menos e sim o que cada um pode dar para uma sociedade mais solidária.